





Pelo presente instrumento particular,

16 OUT 2014

- (a) **TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Deputado Antonio Edu Vieira, nº 999, Térreo, sala SPE's, Pantanal, CEP 88040-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 14.820.905/0001-12, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");
- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas titulares das Debêntures, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");
- (c) **CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS**, sociedade por ações, de economia mista, com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, nº 409, 13º andar, Centro, CEP 20071-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.001.180/0001-26, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Eletrobras");
- (d) **COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL**, sociedade por ações, de economia mista, com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Coronel Dulcídio, nº 800, Batel, CEP 80420-170, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.483.817/0001-20, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Copel" e, em conjunto com Eletrobras, "Fiadoras");
- (e) **ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**, sociedade por ações, de economia mista, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Deputado Antonio Edu Vieira, nº 999, Pantanal, CEP 88040-901, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.073.957/0001-68, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Eletrosul");
- (f) **COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua José Izidoro Biazetto, nº 158, Bloco A, Mossunguê, CEP 81200-240,

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

de Títulos e Documentos  
Fica arquivada cópia registrada  
2014-10-16 09:27:18221 em 10/10/2014.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro, RJ, CEP: 20.011-030.



16 OUT 2014

3º SRTD

391307

inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.370.282/0001-70, nesta ato representada na forma do seu estatuto social ("Copel GT" e, em conjunto com a Eletrosul, as "Garantidoras");

vêm, na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. ("Escritura de Emissão"), em observância às seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA I - DEFINIÇÕES

1.1. Sem prejuízo de outros termos definidos nesta Escritura de Emissão, os termos a seguir são utilizados nesta Escritura de Emissão, tanto no singular quanto no plural, com o significado estabelecido nesta Cláusula I, conforme segue:

1.1.1. "Ações": possui o significado atribuído no inciso (I) do item 5.9.1.1;

1.1.2. "AGE da Emissora": possui o significado atribuído no item 2.1;

1.1.3. "Agente Fiduciário": possui o significado atribuído no item (b) do preâmbulo;

1.1.4. "Amortização Programada": possui o significado atribuído no item 5.8.1;

1.1.5. "ANBIMA": possui o significado atribuído no item 3.5.1;

1.1.6. "ANEEL": possui o significado atribuído no item 4.2.1;

1.1.7. "Aquisição Facultativa": possui o significado atribuído no item 5.15.1;

1.1.8. "Assembleia Geral de Debenturistas": possui o significado atribuído no item 10.1.1;

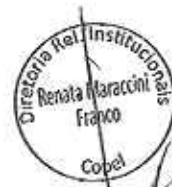
1.1.9. "Atualização Monetária": possui o significado atribuído no item 5.6.2;

1.1.10. "Banco Arrecadador": possui o significado atribuído no item 5.9.2.1;

1.1.11. "Banco Liquidante de Emissão": possui o significado atribuído no item 11.1;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ. CNPJ: 27.150.259/0001-75. Rua da Urutunga, 52. 3º andar, Centro/RJ. CEP: 20.011-030. Oficial: Raulito Alves da Silva. Subst: Ricardo V.M. Antunes

20 of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Pelo advogado Sr. Dr. [nome]



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas



- 1.1.12. "BNDES": possui o significado atribuído no item 5.9.1.1;
- 1.1.13. "CAE": possui o significado atribuído no item 2.2;
- 1.1.14. "CETIP": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.15. "Código ANBIMA": possui o significado atribuído no item 3.5.1;
- 1.1.16. "Código Civil Brasileiro": possui o significado atribuído no item 5.9.3;
- 1.1.17. "Código de Processo Civil Brasileiro": possui o significado atribuído no item 5.10.1.2;
- 1.1.18. "Conta Centralizadora": possui o significado atribuído no inciso (iv) do item 5.9.2.1;
- 1.1.19. "Conta Pagamento das Debêntures" possui o significado atribuído no inciso (vi) do item 5.9.2.1;
- 1.1.20. "Conta Reserva do Serviço das Debêntures" possui o significado atribuído no inciso (v) do item 5.9.2.1;
- 1.1.21. "Contrato de Cessão Fiduciária": possui o significado atribuído no item 5.9.2.1;
- 1.1.22. "Contrato de Concessão": possui o significado atribuído no item 4.2.1;
- 1.1.23. "Contrato de Compartilhamento": possui o significado atribuído no item 5.9.5;
- 1.1.24. "Contrato de Distribuição": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.25. "Contrato de Financiamento BNDES": possui o significado atribuído no item 5.9.5;
- 1.1.26. "Contratos de Garantia": possui o significado atribuído no item 5.9.4;
- 1.1.27. "Contrato de Penhor": possui o significado atribuído no item 5.9.1.1;
- 1.1.28. "Coordenador Líder": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.29. "Copel": possui o significado atribuído no item (d) do preâmbulo;

16 OUT 2014

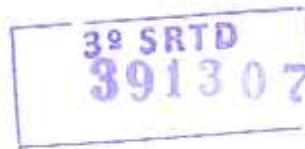
3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Orlândia, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Ricardo Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

3º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Rua da Orlândia, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR





1.1.30. "Copel GT": possui o significado atribuído no item (f) do preâmbulo;

1.1.31. "CVM": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;

16 OUT 2014

1.1.32. "Data de Emissão": possui o significado atribuído no item 5.1.8;

1.1.33. "Data de Pagamento da Amortização Programada": possui o significado atribuído no item 5.8.1;

1.1.34. "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios": possui o significado atribuído no item 5.6.1.3;

1.1.35. "Data de Vencimento": possui o significado atribuído no item 5.1.9;

1.1.36. "Debêntures": possui o significado atribuído no item 3.1;

1.1.37. "Debêntures em Circulação": possui o significado atribuído no item 10.2.2;

1.1.38. "Debenturistas": possui o significado atribuído no item 5.1.5;

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

1.1.39. "Dia Útil": possui o significado atribuído no item 12.8.2;

1.1.40. "DOESC": possui o significado atribuído no item 3.2.1;

1.1.41. "DOU": possui o significado atribuído no item 3.2.3;

1.1.42. "Eletrobras": possui o significado atribuído no item (c) do preâmbulo;

1.1.43. "Eletrosul": possui o significado atribuído no item (e) do preâmbulo;

1.1.44. "Emissão": possui o significado atribuído no item 3.1;

1.1.45. "Emissora": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;

1.1.46. "Escritura de Emissão": significa o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.;



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR



16 OUT 2014

3º SRTD

391307



- 1.1.47. "Escriturador Mandatário": possui o significado atribuído no item 11.1;
- 1.1.48. "Evento de Inadimplemento": possui o significado atribuído no item 6.1.1;
- 1.1.49. "Fiadoras": possui o significado atribuído no item (d) do preâmbulo;
- 1.1.50. "Fiança Eletrobras": possui o significado atribuído no item 5.10.1.1;
- 1.1.51. "Fiança Copel": possui o significado atribuído no item 5.10.2.1;
- 1.1.52. "Fianças": possui o significado atribuído no item 5.10.2.1;
- 1.1.53. "Garantias Reais": possui o significado atribuído no item 5.9.4;
- 1.1.54. "Garantidoras": possui o significado atribuído no item (f) do preâmbulo;
- 1.1.55. "IBGE": possui o significado atribuído no item 5.6.2;
- 1.1.56. "ICSD": possui o significado atribuído no inciso (iv) no item 7.1.1;
- 1.1.57. "Instrução CVM 358": possui o significado atribuído no inciso (xxix) do item 7.1.1;
- 1.1.58. "Instrução CVM 476": possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.59. "Instrução CVM 400": possui o significado atribuído no inciso (xxxi) do item 7.1.1;
- 1.1.60. "Investidores Qualificados": possui o significado atribuído no item 4.6.2;
- 1.1.61. "IGP-M/FGV": possui o significado atribuído no inciso (vii) do item 6.1.1;
- 1.1.62. "IPCA": possui o significado atribuído no item 5.6.2;
- 1.1.63. "JCDF": possui o significado atribuído no item 3.2.3;
- 1.1.64. "JUDESC": possui o significado atribuído no item 3.2.1;
- 1.1.65. "JUCEPAR": possui o significado atribuído no item 3.2.4;
- 1.1.66. "Juros Remuneratórios": possui o significado atribuído no item 5.6.1;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quilândia, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

Inciso (xxxi) do de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos

16 OUT 2014

3º SRTD

391307



- 1.1.67. "Lei 12.431": possui o significado atribuído no item 3.7.1;
- 1.1.68. "Lei das Sociedades por Ações": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.69. "MDA": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.70. "Notificação de Vencimento Antecipado": possui o significado no item 6.1.7;
- 1.1.71. "Novo Índice": possui o significado atribuído no item 5.6.2.3;
- 1.1.72. "Oferta Restrita": possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.73. "Penhor Copel GT": possui o significado atribuído no item 5.9.1.1;
- 1.1.74. "Penhor Eletrosul": possui o significado atribuído no item 5.9.1.1;
- 1.1.75. "Período de Ausência IPCA": possui o significado atribuído no item 5.6.2.1;
- 1.1.76. "Período de Capitalização": possui o significado atribuído no item 5.6.1.1;
- 1.1.77. "Perito Independente": possui o significado atribuído no item 5.6.2.4;
- 1.1.78. "Poder Concedente": possui o significado atribuído no item 4.2.1;
- 1.1.79. "Portaria MME 410": possui o significado atribuído no item 3.7.1;
- 1.1.80. "Procedimento de Bookbuilding": possui o significado atribuído no item 5.6.1;
- 1.1.81. "Projeto": possui o significado atribuído no item 4.2.1;
- 1.1.82. "Quorum Qualificado": possui o significado atribuído no inciso (vi) do item 6.1.1;
- 1.1.83. "RCA da Copel GT": possui o significado atribuído no item 2.5;
- 1.1.84. "RCA da Eletrosul": possui o significado atribuído no item 2.4;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ. CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Cultural, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030. Oficial: Raulito Alves da Silva Subst: Ricardo V.M. Antunes

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
em 15/10/2014.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos



16 OUT 2014

3º SRTD  
891307



- 1.1.85. "RCA da Emissora": possui o significado atribuído no item 2.1;
- 1.1.86. "RD da Copel": possui o significado atribuído no item 2.3;
- 1.1.87. "Saldo na Data do Evento de Inadimplemento": possui o significado atribuído no item 6.1.7;
- 1.1.88. "Taxa Substitutiva": possui o significado atribuído no item 5.6.2.1;
- 1.1.89. "Valor Nominal Unitário": possui o significado atribuído no item 5.1.1;
- 1.1.90. "Valor Nominal Unitário Atualizado": possui o significado atribuído no item 5.8.2;
- 1.1.91. "Valor Total da Emissão": possui o significado atribuído no item 4.5.1; e
- 1.1.92. "Vencimento Antecipado": possui o significado atribuído no item 6.1.1.

Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.091-030.  
Ass: Raulino Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

## CLÁUSULA II - AUTORIZAÇÕES

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

- 2.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 25 de julho de 2014 ("RCA da Emissora") e em Assembleia Geral Extraordinária de Aclonistas da Emissora realizada em 29 de julho de 2014 ("AGE da Emissora").
- 2.2. A prestação da Fiança Eletrobras (conforme definido no item 5.10.1.1 abaixo) e a celebração desta Escritura de Emissão pela Eletrobras são realizadas de acordo com a deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Eletrobras, realizada em 26 de agosto de 2014 ("CAE").
- 2.3. A prestação da Fiança Copel (conforme definido no item 5.10.2.1 abaixo) e a celebração desta Escritura de Emissão pela Copel são realizadas de acordo com a deliberação tomada em Reunião da Diretoria da Copel, realizada em 25 de agosto de 2014 ("RD da Copel").
- 2.4. A prestação do Penhor Eletrosul (conforme definido no item 5.9.1.1 abaixo) e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor (conforme definido abaixo) pela Eletrosul são realizadas de acordo com a deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Eletrosul, realizada em 8 de agosto de 2014 ("RCA da Eletrosul").



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos



16 OUT 2014

3º SRTD  
391307



- 2.5. A prestação do Penhor Copel GT (conforme definido no item 5.9.1.1 abaixo) e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor pela Copel GT são realizadas de acordo com a deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Copel GT, realizada em 15 de agosto de 2014 ("RCA da Copel GT").

### CLÁUSULA III - REQUISITOS

- 3.1. A 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) será realizada em observância ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), de acordo com os requisitos a seguir.

#### 3.2. Arquivamento e Publicação das Atas

- 3.2.1. A ata da RCA da Emissora que deliberou sobre a Emissão e sobre a cessão fiduciária de direitos creditórios pela Emissora, objeto do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido no item 5.9.2.1 abaixo) foi devidamente: (i) arquivada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") sob nº 20142507555, sessão de 27 de agosto de 2014; e (ii) será publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ("DOESC") e no Jornal Notícias do Dia, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

- 3.2.2. A ata da AGE da Emissora que deliberou sobre a Emissão e sobre a cessão fiduciária de direitos creditórios pela Emissora, objeto do Contrato de Cessão Fiduciária foi devidamente arquivada perante a JUCESC sob nº 20142642401, sessão de 12 de setembro de 2014 e (ii) será publicada no DOESC e no Jornal Notícias do Dia, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

- 3.2.3. A ata da CAE que deliberou sobre a Fiança Eletrobras será: (i) arquivada perante a Junta Comercial do Distrito Federal ("JCDF"); e (ii) publicada no Jornal Diário Oficial da União ("DOU") e no Jornal "O Globo".

- 3.2.4. A ata da RD da Copel que deliberou sobre a Fiança Copel foi devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") sob nº 20141857510, sessão de 26 de agosto de 2014.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas

16 OUT 2014

3º SRTD

391307



3.2.5. A ata da RCA da Eletrosul que deliberou sobre o Penhor Eletrosul foi devidamente: (i) arquivada perante a JUCESC sob nº 20142414409, sessão de 18 de agosto de 2014; e (ii) publicada no DOESC e no Jornal Notícias do Dia, páginas 13 e 14, em 22 de agosto de 2014.

3.2.6. A ata da RCA da Copel GT que deliberou sobre o Penhor Copel GT foi devidamente arquivada perante a JUCESPAR sob nº 20141857447, sessão de 26 de agosto de 2014 e (ii) será publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Gazeta do Povo.

### 3.3. Arquivamento da Escritura de Emissão e de Eventuais Aditamentos

3.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESC, nos termos do inciso II e parágrafo terceiro do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações.

### 3.4. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

3.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3.4.2. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19, caput, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

### 3.5. Registro na ANBIMA

3.5.1. A Oferta Restrita será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 e nos termos do parágrafo primeiro, inciso I, e parágrafo segundo, ambos do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" ("Código ANBIMA"), condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita pelo Coordenador Líder (conforme definido no item 4.6.1 abaixo), de diretrizes específicas para o cumprimento da obrigação.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Ouvidada, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030, Oficial: Raulito Alves da Silva Subst: Ricardo V.M. Antunes

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob nº 391307 em 15/10/2014.





16 OUT 2014

3º SRTD

391307



### 3.6. Registro para Distribuição e Negociação

3.6.1. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição primária através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"); e (ii) negociação secundária no Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.6.2. Não obstante o descrito no item 3.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido no item 4.6.2 abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias da subscrição ou aquisição pelo respectivo investidor, conforme o caso, e em conformidade com o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações constantes no artigo 17 da mesma Instrução.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ CEP: 20.011-030. Oficial: Raulito Alves da Silva Subst: Ricardo V.M. Antunes

### 3.7. Enquadramento do Projeto

3.7.1. A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme definido no item 4.2.1 abaixo), por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 410, publicada no DOU em 25 de novembro de 2013 ("Portaria MME 410"), como projeto prioritário pelo Ministério de Minas e Energia.

20.06.2014 Reg. de Títulos e Documentos  
1ª Vara Civilizada cópia registrada  
em 15/10/2014.

### 3.8. Registro nos Cartórios de Títulos e Documentos

3.8.1. No prazo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido no Item 12.8.2 abaixo) contado da data de obtenção do registro na JUCESC da presente Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, nos termos do item 3.3.1 acima, a Emissora deverá efetuar, às suas expensas, o registro da Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na cidade de Brasília, Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, entregando ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do referido documento no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o último registro.





#### CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

16 OUT 2014

##### 4.1. Objeto Social da Emissora

- 4.1.1. A Emissora tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por: (i) Linha de Transmissão Nova Santa Rita – Camaquã 3, 230 kV; (ii) Linha de Transmissão Camaquã – Quinta, 230 kV; (iii) Linha de Transmissão Salto Santiago – Itá, 525kV; (iv) Linha de Transmissão Itá – Nova Santa Rita, 525kV; e (v) SE Camaquã 3 2x83 MVA, 230/69/13,8kV.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulino Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

##### 4.2. Destinação dos Recursos da Emissão

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

- 4.2.1. Nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, os recursos líquidos obtidos pela Emissão serão exclusivamente utilizados pela Emissora, uma sociedade de propósito específico controlada pela Eletrosul e pela Copel GT, para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por: (i) Linha de Transmissão Nova Santa Rita – Camaquã 3, 230 kV; (ii) Linha de Transmissão Camaquã 3 – Quinta, 230 kV; (iii) Linha de Transmissão Salto Santiago – Itá, 525kV; (iv) Linha de Transmissão Itá – Nova Santa Rita, 525kV; e (v) SE Camaquã 3 2x83 MVA, 230/69/13,8kV ("Projeto"), cuja concessão é detida pela Emissora de acordo com o Leilão nº 06/2011-ANEEL, realizado em 16 de dezembro de 2011, o Contrato de Concessão nº 004/2012-ANEEL, celebrado em 10 de maio de 2012, entre a União Federal ("Poder Concedente"), por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e a Emissora ("Contrato de Concessão"), e o Decreto s/nº, de 16 de abril de 2012.
- 4.2.2. A implementação do Projeto já está em curso, encontrando-se em fase 98,88%, sendo que o seu encerramento está previsto para ocorrer em outubro de 2014.
- 4.2.3. A totalidade dos recursos financeiros necessários para a realização do Projeto é de aproximadamente R\$651.000.000,00 (seiscentos e cinquenta e um milhões de reais).





39 SRTD  
391307

4.2.4. A Emissora estima que a presente Emissão deve representar até 11,91% (onze inteiros e noventa e um centésimos por cento) das necessidades de recursos financeiros do Projeto.

16 OCT 2014

### 4.3. Número da Emissão

4.3.1. As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

#### 4.4. Número de Séries

**4.4.1. A Emissão será realizada em série única.**

#### 4.5. Valor Total da Emissão

4.5.1. O valor total da Emissão será de até R\$77.550.000,00 (setenta e sete milhões e quinhentos e cinquenta mil reais) ("**Valor Total da Emissão**") na Data de Emissão (conforme definido no item 5.1.8 abaixo).

#### 4.6. Colocação, Procedimento e Registro de Distribuição

4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, em regime de garantia firme de subscrição até o valor de R\$77.550.000,00 (setenta e sete milhões e quinhentos e cinquenta mil reais), com intermediação do Banco Votorantim S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("**Coordenador Líder**"), nos termos e condições estabelecidos no "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da 2ª (Segunda) Emissão da Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.", celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("**Contrato de Distribuição**").

4.6.2. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

**4.6.3.** No âmbito da Oferta Restrita: **(i)** somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; **(ii)** as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados; e **(iii)** os Investidores Qualificados, nos

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda 52, 3º andar, Centro/RJ. CEP: 20.011-030.

Oficial: Raulito Alves da Silva  
 Robert Ricardo V.M. Antunes

20 Of. de Res. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

Diretoria Rel. Institucional  
Renata Maraccini  
Franco  
Copel

Assessoria Jurídica  
TSBE

ASSESSORIA JURÍDICA  
TOU  
ELETROBÚI

13  
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Imóveis e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas

3º SRTD  
391307



termos da Instrução CVM 476, deverão subscrever Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

16 OUT 2014

- 4.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias Reais (conforme definido no item 5.9.4 abaixo) e das Fianças (conforme definido no item 5.10.2.1 abaixo).
- 4.6.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados Interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.
- 4.6.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição previsto no Contrato de Distribuição.
- 4.6.7. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em hipótese alguma.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quilanca, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0000718281 em 15/10/2014.

## CLÁUSULA V - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 5.1. Características Básicas

- 5.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 5.1.2. Atualização do Valor Nominal Unitário: Haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.
- 5.1.3. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas até 77.550 (setenta e sete mil quinhentas e cinquenta) Debêntures.



14  
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Rua da Quilanca, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.





5.1.4. Forma. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, nos termos do artigo 63, parágrafo segundo da Lei das Sociedades por Ações.

16 OUT 2014

5.1.5. Comprovação de Titularidade. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures, emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme definido no item 11.1 abaixo), onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures ("Debenturistas"). Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

5.1.6. Classe. As Debêntures serão simples e não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.7. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

5.1.8. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 15 de setembro de 2014 ("Data de Emissão").

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR, Registro de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

5.1.9. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 168 (cento e sessenta e oito) meses contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2028 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de: (i) Vencimento Antecipado (conforme definido no item 6.1.1 abaixo) das Debêntures, previstas no item 6.1.1 desta Escritura de Emissão; e (ii) Aquisição Facultativa (conforme definido no item 5.15.1 desta Escritura de Emissão), ocasião em que a Emissora obriga-se a realizar o pagamento das Debêntures pelo saldo remanescente de seu Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado pela Atualização Monetária (conforme definido no item 5.6.2 abaixo), acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido no item 5.6.1 abaixo) devidos.

## 5.2. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

5.2.1. As Debêntures poderão ser subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição por Investidores Qualificados, dentro do prazo de distribuição pública, conforme item 4.6 da presente Escritura de Emissão.



16 OUT 2014

3º SRTD

391307



5.2.2. Todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido no item 5.8.2 abaixo), acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, caso não coincidentes, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

### 5.3. Direito de Preferência

5.3.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

### 5.4. Participação nos Lucros

5.4.1. As Debêntures não farão jus à participação nos lucros da Emissora.

### 5.5. Prêmio de Reembolso

5.5.1. As Debêntures não farão jus a prêmio de reembolso.

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

### 5.6. Remuneração das Debêntures

5.6.1. Juros Remuneratórios: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado de acordo com o item 5.6.2 abaixo, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, a ser definido no procedimento de *bookbuilding* a ser realizado pelo Coordenador Líder ("**Procedimento de Bookbuilding**") e, em qualquer caso, limitado a 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento), somado à taxa equivalente à remuneração anual da Nota do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de agosto 2024, que deverá ser a média das cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, apuradas nos 2 (dois) Dias Úteis imediatamente anteriores à data do Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido no item 5.6.1.3 abaixo), de acordo com o caso ("**Juros Remuneratórios**").

5.6.1.1. Define-se como "**Período de Capitalização**" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios



16  
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas



16 OUT 2014

3º SRTD  
391307



imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.

5.6.1.2. Define-se como "Período de Incorporação" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão até 15 de setembro de 2016, durante o qual os Juros Remuneratórios incidirão sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, incorporando-se ao mesmo automaticamente nessa data, ou seja, 15 de setembro de 2016 e cujo pagamento ocorrerá nos termos do item 5.6.1.3 abaixo.

5.6.1.3. Os Juros Remuneratórios serão pagos pela Emissora, em parcelas semestrais, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 15 de março de 2017 e o último pagamento ocorrerá em 15 de setembro de 2028 (cada uma dessas datas, "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios"), conforme previsto no Anexo I à presente Escritura de Emissão.

5.6.1.4. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificada por meio de um aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESC, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora, pelas Fiadoras ou pelas Garantidoras ou, ainda, de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido no item 10.1.1 abaixo). Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [Fator]_{\text{juros}} - 1\}$$

onde:

- J** = valor dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido no item 5.6.1.1 acima) das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
- VNa** = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

2º Of. de Títulos e Documentos  
Arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.





**FatorJuros** = fator de juros fixos calculado com 5 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

16 OUT 2014

$$\text{FatorJuros} = \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa}}{100} \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right]$$

onde:

**Taxa** = taxa de juros fixa, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, conforme disposto no item 5.6.1 acima, informada com 4 (quatro) casas decimais;

**DP** = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, Incorporação, ou último evento de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, e imediatamente anterior à data atual, sendo "DP" um número inteiro.

2º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Circul: Raulino Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

5.6.1.5. Farão jus aos pagamentos dos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares de Debêntures no final do Dia Útil anterior à Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios.

5.6.2. Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Emissão até a integral liquidação das Debêntures ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Registro de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
em 15/10/2014.

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

**VNa** = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**VNe** = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (Valor Nominal Unitário remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização





3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



monetária, se houver), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{dup/dut} \right]$$

Onde:

n = Número total de números-índices utilizados na Atualização Monetária, sendo "n" um número inteiro;

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k".

Observações:

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Caso, no mês de atualização, o IPCA não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão observado o disposto nos itens a seguir.

Os fatores resultantes da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{dup/dut}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.031-1-030. Oficial: Raulito Alves da Silva Subst: Ricardo V.M. Antunes

160 de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.



3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Considera-se "data de aniversário" todo dia 15 de cada mês e, caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se "mês de atualização" o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures.

Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último dia anterior.

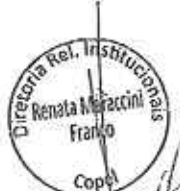
O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua Auliciana, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Ass: Rafael Alves da Silva  
Ass: Ricardo V.M. Antunes

20 Of. de Res. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
em 08/0002718221 em 15/10/2014.

5.6.2.1. Na ausência de apuração ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contado da data esperada para sua apuração ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial ("Período de Ausência do IPCA"), o IPCA deverá ser substituído pelo devido substituto legal. No caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo da Atualização Monetária, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

5.6.2.2. Caso o IPCA venha ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 5.6.2.1 acima, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e o IPCA, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária, desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.



20  
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas Jurídicas





5.6.2.3. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim, ou caso a Taxa Substitutiva venha a acarretar a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 12.431, a Emissora e os Debenturistas deverão, de comum acordo, no prazo de 10 (dez) dias contado da referida Assembleia Geral de Debenturistas, nomear Perito Independente (conforme definido no item 5.6.2.4 abaixo) para a determinação do novo índice de atualização, o qual deverá refletir ao máximo o IPCA e que será exclusivo e vinculante à Emissora e aos Debenturistas ("Novo Índice"). Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo a estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o Novo Índice determinado pelo Perito Independente. Caso a Taxa Substitutiva ou o Novo Índice, conforme o caso, seja referenciado em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a Taxa Substitutiva ou o Novo Índice, conforme o caso, deverá ser ajustado de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. As despesas com a contratação do Perito Independente serão de responsabilidade da Emissora.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

5.6.2.4. Para fins da presente Escritura de Emissão, considera-se "Perito Independente" a instituição financeira escolhida, por Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 10.2.2 abaixo), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, dentre 3 (três) instituições financeiras indicadas pela Emissora, que tenham classificação de risco mínima, em escala nacional, de AAA, ou em escala global, de BBB-, conferidas pela Fitch Ratings, Standard & Poor's ou Moody's.

20 of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Fica aprovada cópia registrada  
sob o nº 0002719221 em 16/10/2014.

## 5.7. Tratamento Tributário

5.7.1. As Debêntures gozam do tratamento previsto no artigo 2º da Lei 12.431, por destinarem-se à implementação do Projeto, o qual foi considerado como prioritário na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal, nos termos da Portaria MME 410.



16 OUT 2014

3º SRTD

391307

5.7.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante de Emissão (conforme definido no item 11.1 abaixo), no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431.

5.7.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 5.7.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante de Emissão e ao Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante de Emissão, pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

5.7.4. Caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento, as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou caso haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida lei, a Emissora, desde já, obriga-se a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.

Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

#### 5.8. Amortização Programada das Debêntures

5.8.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado será amortizado em 25 (vinte e cinco) parcelas semestrais e consecutivas ("Amortização Programada"), sendo a primeira parcela devida em 15 de setembro de 2016, ou seja, ao final do prazo de 2 (dois) anos após a Data de Emissão, e as demais nos dias 15 dos meses de março e setembro de cada ano, ou no primeiro Dia Útil subsequente, caso o mesmo não seja Dia Útil (cada uma dessas datas, "Data de Pagamento da Amortização Programada"), conforme previsto no Anexo II à presente Escritura de Emissão.





3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



5.8.2. Para efeitos desta Escritura de Emissão, "Valor Nominal Unitário Atualizado" significa o Valor Nominal Unitário devidamente atualizado pela Atualização Monetária, nos termos do item 5.6.2 acima.

## 5.9. Garantias Reais

### 5.9.1. Penhor de Ações

5.9.1.1. As Debêntures são garantidas por penhor das ações representando a totalidade do capital social da Emissora, sendo de propriedade da Eletrosul 262.561.048 (duzentas e sessenta e dois milhões, quinhentas e sessenta e uma mil e quarenta e oito) ações, correspondentes a 80% (oitenta por cento) do capital social da Emissora, na Data da Emissão ("Penhor Eletrosul") e 65.640.262 (sessenta e cinco milhões, seiscentas e quarenta mil e duzentas e sessenta e duas) ações, de propriedade da Copel GT, correspondentes a 20% (vinte por cento) do capital social da Emissora, na Data da Emissão ("Penhor Copel GT"), nos termos do Aditivo nº 01 ao Contrato de Penhor de Ações, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES"), o Agente Fiduciário, as Garantidoras e a Emissora, na qualidade de interveniente ("Contrato de Penhor"). O penhor de ações, objeto do Contrato de Penhor, incluirá todos os direitos, existentes e futuros, decorrentes das ações representando o capital social da Emissora, incluindo:

2ª Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Renata Maricini Franco  
sob o nº 6002718221 em 15/10/2014.

- (i) todas as ações representativas do capital da Emissora de titularidade das Garantidoras, subscritas até esta data, correspondentes a 328.201.310 (trezentas e vinte oito milhões, duzentas e uma mil e trezentas e dez) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Ações");
- (ii) todas as novas ações de emissão da Emissora que as Garantidoras venham a subscrever ou adquirir no futuro, durante a vigência do Contrato de Penhor, seja na forma dos artigos 167, 169 e 170 da Lei das Sociedades por Ações, seja por força de bonificações, desmembramentos ou grupamentos das Ações, seja por consolidação, fusão, aquisição, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária ou sob qualquer outra forma, quer substituam ou não as ações originalmente empenhadas, as quais, uma vez



3º SRTD

391307

16 OUT 2014



adquiridas pelas Garantidoras, integração, automaticamente e independentemente de qualquer formalidade adicional, a definição de Ações para todos os fins e efeitos de direito, e ficarão automaticamente integradas ao penhor, aplicando-se às mesmas todos os termos e condições do Contrato de Penhor;

- (iii) todos os frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos, em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações, e direitos de subscrição, que venham a ser apurados, declarados e ainda não pagos, creditados ou pagos pela Emissora em relação às Ações, de propriedade das Garantidoras, bem como debêntures conversíveis em ações, partes beneficiárias, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação das Garantidoras no capital social da Emissora, além dos direitos e de preferência e opções, que venham a ser subscritos ou adquiridos pelas Garantidoras até a liquidação da presente Emissão;
- (iv) todos os valores e bens recebidos ou, de qualquer forma, distribuídos às Garantidoras a título de qualquer cobrança, permuta, venda ou outra forma de disposição de qualquer das Ações, de quaisquer bens ou títulos nos quais as Ações sejam convertidas e de quaisquer outros bens ou títulos sujeitos ao Contrato de Penhor, incluindo qualquer depósito, valor mobiliário ou título negociável; e
- (v) todos os títulos, valores mobiliários, respectivos rendimentos e quaisquer outros bens ou direitos eventualmente adquiridos pelas Garantidoras com o produto da realização dos bens objeto da garantia mencionada nos incisos (i) a (iv) do item 5.9.1.1 acima.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.258/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.071-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

5.9.1.2. O Contrato de Penhor será registrado nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos das cidades indicadas no Contrato de Penhor. Após o registro, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original registrada no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da data do último registro.

5.9.1.3. A Emissora deverá ainda averbar a garantia objeto do Contrato de Penhor no livro de registro de ações da Emissora, na mesma data da



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos



16 OUT 2014

3ª SRTD

391307

assinatura do Contrato de Penhor.

5.9.2. Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

5.9.2.1. As Debêntures são garantidas por cessão fiduciária em garantia, nos termos do artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada, do parágrafo terceiro do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, conforme redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada, e artigos 18 ao 20 da Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, nos termos do Aditivo nº 01 ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, celebrado entre BNDES, o Agente Fiduciário, a Emissora e o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco arrecadador ("Banco Arrecadador" e "Contrato de Cessão Fiduciária", respectivamente), dos direitos creditórios, de que a Emissora é titular, decorrentes:

- (i) da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica prevista no Contrato de Concessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 029/2012, este último celebrado pela Emissora e o Operador Nacional do Sistema Elétrico, em 10 de julho de 2012, incluindo a totalidade da receita proveniente da prestação de serviços de transmissão;
- (ii) do direito de receber todas e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Emissora, em caso de extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão;
- (iii) de todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão;
- (iv) de todos os recursos mantidos, depositados e que venham a ser depositados na conta corrente nº 16-7, agência nº 2657/3, mantida pela Emissora junto ao Banco Arrecadador ("Conta Centralizadora");
- (v) de todos os recursos mantidos, depositados e que venham a ser depositados na conta corrente nº 47-7, agência nº 2657-3,

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar Centro/RJ, CEP: 20.031-030.  
 Oficial: Raulito Alves da Silva  
 Suplente: Ricardo V.M. Antunes

20 de Reg. de Títulos e Documentos  
 ficou arquivada cópia registrada  
 em 15/10/2014.

Diretoria Rel. Institucional  
 Renata Maracchini  
 Franco  
 Copel

ASSESSORIA JURÍDICA  
 ELETROSUL

Assessoria Jurídica  
 TSBE

25

25 OFÍCIO DISTRIBUIDO  
 Registro de Títulos e Documentos  
 Registro Civil do Poder Judiciário  
 Rua...

3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



mantida pela Emissora junto ao Banco Arrecadador ("Conta Reserva do Serviço das Debêntures"); e

- (vi) de todos os recursos mantidos, depositados e que venham a ser depositados na conta corrente nº 48-5, agência nº 2657-3, mantida pela Emissora junto ao Banco Arrecadador ("Conta Pagamento das Debêntures").

5.9.2.2. O Contrato de Cessão Fiduciária será registrado nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos das cidades indicadas no Contrato de Cessão Fiduciária. Após o registro, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original registrada no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do último registro.

5.9.3. O Agente Fiduciário fica, desde já, autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretroatável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, promover o registro do Contrato de Penhor e do Contrato de Cessão Fiduciária, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, nos termos dispostos nos artigos 653, 884 e parágrafo primeiro do artigo 661 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro").

5.9.4. Para efeitos desta Escritura de Emissão, as garantias reais objeto do Contrato de Penhor e do Contrato de Cessão Fiduciária são denominadas, em conjunto, como "Garantias Reais". O Contrato de Penhor e o Contrato de Cessão Fiduciária são denominados, em conjunto, como "Contratos de Garantia".

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
em 15/10/2014.

5.9.5. As Garantias Reais foram constituídas em conjunto com o BNDES, na qualidade de credor e fiduciário de tais garantias, e serão compartilhadas com o BNDES em decorrência do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 13.2.1126.1, celebrado pela Emissora, junto ao BNDES, com a interveniência das Garantidoras e das Fiadoras, em 12 de dezembro de 2013 e aditivos posteriores ("Contrato de Financiamento BNDES") e nos termos e condições do Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças a ser celebrado entre BNDES, o Agente Fiduciário e a Emissora, na qualidade de interveniente ("Contrato de Compartilhamento").

5.9.5.1. O Contrato de Compartilhamento será registrado nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos das cidades indicadas no



26

2º OFÍCIO DISTRIBUÍDO  
Registro de Títulos e Documentos



3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



Contrato de Compartilhamento. Após o registro a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original registrada no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do último registro.

## 5.10. Garantias Adicionais Fidejussórias

### 5.10.1. Fiança Eletrobras

5.10.1.1. Em garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações principais e acessórias da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, a Eletrobras, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, presta fiança em favor dos Debenturistas, responsabilizando-se pelo fiel e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora, desde que inadimplidas, nos termos deste Instrumento, sendo a sua responsabilidade limitada a 80% (oitenta por cento), que corresponde à participação societária de sua subsidiária, a Eletrosul, na Emissora. A Eletrobras obriga-se pelo pagamento de 80% (oitenta por cento) de todas as obrigações da Emissora, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento dos valores devidos pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão, inclusive encargos moratórios aplicáveis, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, sendo que tais custos e despesas judiciais serão aferidos conforme decisão judicial transitada em julgado ("Fiança Eletrobras").

5.10.1.2. A Eletrobras renuncia expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 368, 821, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro, e dos artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil Brasileiro").

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.031-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

120 Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Arquivada cópia registrada  
sob o nº 0902718221 em 15/10/2014.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDO  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil da Pessoa Jurídica  
Rua 520 - Sala 50

3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



5.10.2. Fiança Copel

5.10.2.1. Em garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações principais e acessórias da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, a Copel presta, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, fiança em favor dos Debenturistas, responsabilizando-se pelo fiel e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora, desde que inadimplidas, nos termos deste instrumento, sendo a sua responsabilidade limitada a 20% (vinte por cento), que corresponde à participação societária de sua subsidiária, a Copel GT, na Emissora. A Copel obriga-se pelo pagamento de 20% (vinte por cento) de todas as obrigações da Emissora, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento dos valores devidos pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão, inclusive encargos moratórios aplicáveis, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, sendo que tais custos e despesas judiciais serão aferidos conforme decisão judicial transitada em julgado ("Fiança Copel" e, em conjunto com a Fiança Eletrobras, as "Fianças").

de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua Augusta, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.071-030.  
Ass: Ricardo V.M. Antunes

28.07.2014, de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua Augusta, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.071-030.  
Ass: Ricardo V.M. Antunes

5.10.2.2. A Copel renuncia expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 368, 821, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro, e dos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil Brasileiro.

5.10.3. Os valores devidos aos Debenturistas em decorrência das Fianças serão pagos pelas respectivas Fiadoras no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Fiadoras informando a falta de pagamento, em qualquer Data de Pagamento da Amortização Programada ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelas



28.07.2014, de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua Augusta, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.071-030.  
Ass: Ricardo V.M. Antunes



3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



Fiadoras fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observados os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

5.10.4. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelas Fiadoras em decorrência das Fianças serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo as Fiadoras pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis. Tal previsão inclui quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já mencionados existentes.

5.10.5. As Fianças são prestadas pelas Fiadoras, em caráter irrevogável e irretratável, sem qualquer solidariedade entre elas.

5.10.6. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
de sua cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

5.10.7. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, das Fianças, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão. As Fianças poderão ser executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações garantidas, sendo certo que a não excussão das Fianças pelo Agente Fiduciário não ensejará, em nenhuma hipótese, perda do direito de excussão das Fianças pelos Debenturistas.

5.10.8. As Fianças entrarão em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerão válidas até o integral cumprimento de todas as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, dentre estes, os Juros Remuneratórios, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrida pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, ordinárias ou extraordinárias, dentre estas, em decorrência de processos, procedimentos ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas



29  
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
de Títulos e Documentos

3º SRTD  
391302

16 OUT 2014



decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão ou de qualquer dos Contratos de Garantia, sendo que tais custos e despesas judiciais serão aferidos conforme decisão judicial transitada em julgado.

5.10.9. As Fianças permanecerão válidas e plenamente eficazes em caso de aditamentos, alterações ou quaisquer outras modificações nas condições das Debêntures, da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, dos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Emissão.

5.10.10. As Fiadoras somente poderão exigir ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelas respectivas Fiadoras, nos termos das Fianças, após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

#### 5.11. Condições de Pagamento

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

5.11.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados conforme o disposto nos itens a seguir:

5.11.1.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora; ou (b) conforme o caso, pelo Escriturador Mandatário.

5.11.1.2. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso, independentemente da incidência dos Juros Remuneratórios, ficarão sujeitos a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.11.2. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, as datas para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão,





3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



quando coincidirem com sábado, domingo ou feriado declarado nacional, mantendo-se, porém, o cálculo dos encargos.

- 5.11.3. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios ou dos encargos moratórios aplicáveis no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Amuniz

#### 5.12. Repactuação

- 5.12.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 5.13. Amortização Extraordinária

- 5.13.1. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora, exceto na forma a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, nos termos da Lei 12.431.

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

#### 5.14. Resgate Antecipado

- 5.14.1. Não haverá resgate antecipado, parcial ou total, facultativo ou obrigatório, ressalvado o disposto nos itens 6.1.7 e 6.1.9 abaixo.

#### 5.15. Aquisição Facultativa

- 5.15.1. Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, as Debêntures em Circulação poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no parágrafo terceiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos deste item poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação. Na hipótese



31  
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.

3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



de cancelamento das Debêntures, o mesmo deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão.

## CLÁUSULA VI - VENCIMENTO ANTECIPADO

### 6.1. Vencimento Antecipado

6.1.1. Independentemente do envio de comunicação à Emissora neste sentido, a ocorrência de quaisquer das situações previstas neste item, desconsiderados eventuais prazos de cura previstos para reversão do descumprimento, caracterizará o inadimplemento de obrigações da Emissora ("Evento de Inadimplemento"). Se o inadimplemento permanecer após os respectivos prazos de cura, se aplicável, e observado o disposto nos itens 6.1.2 e 6.1.10 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, e dos encargos moratórios, se houver, desde a Data da Emissão até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta Cláusula ("Vencimento Antecipado"):

- (i) requerimento de autofalência e pedido de recuperação extrajudicial ou judicial formulado pela Emissora;
- (ii) extinção, liquidação, dissolução, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora;
- (iii) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contado da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;
- (iv) extinção da concessão para executar o Projeto objeto do Contrato de Concessão;
- (v) descumprimento pela Emissora ou pelas Garantidoras de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia ou nos demais documentos da Emissão, respeitado os eventuais prazos de cura conforme o caso, não sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data de

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Fláudio Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

30.09.14, de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
em 15/10/2014.





3º SRTD  
391307  
16 OUT 2014



ocorrência do descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;

- (vi) sem a prévia e expressa aprovação de Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ("Quorum Qualificado"), realização de cisão, incorporação ou fusão da Emissora, bem como a venda de participações societárias ou realização de qualquer outra forma de reorganização societária ou operação que resulte em mudança ou transferência de controle acionário direto ou indireto da Emissora;
- (vii) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV") desde a Data de Emissão, salvo se for validamente comprovado pela Emissora que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que tal erro ou má fé tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário dentro do prazo de 30 (trinta) dias contado da data do respectivo evento; (ii) o protesto foi cancelado ou sustado no prazo legal; ou (iii) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;
- (viii) vencimento antecipado de financiamentos, empréstimos, operações com derivativos ou demais operações da Emissora realizadas no âmbito do mercado de capitais, local ou internacional, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, reajustado anualmente pela variação do IGP-M/FGV desde a Data de Emissão;
- (ix) sem a prévia e expressa aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado, contratação pela Emissora de novos endividamentos com terceiros, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, reajustado anualmente pela variação do IGP-M/FGV desde a Data de Emissão, salvo contratos já celebrados até a presente data;
- (x) não cumprimento de decisão arbitral ou administrativa final e irrecorrível, mandado de penhora ou processo semelhante ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.269/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
em 15/10/2014.



33  
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos

3º SRTD

391307

16 OUT 2014

individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, reajustado anualmente pela variação do IGP-M/FGV desde a Data de Emissão;

- (xi) redução do capital social da Emissora, sem observância do disposto no parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se de acordo com esta Escritura de Emissão ou conforme permitido pelo Contrato de Concessão, ou alteração do estatuto social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora, sem prévia autorização do Quorum Qualificado dos Debenturistas previsto no inciso (vi) desta Cláusula;
- (xii) pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Emissora a seus acionistas, quando esta estiver em mora com relação ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias relacionadas à Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiii) transformação da Emissora em sociedade limitada ou qualquer outro tipo de sociedade, nos termos dos artigos 220 e 221 da Lei das Sociedades por Ações e sem prejuízo do disposto no artigo 222 da referida lei;
- (xiv) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu respectivo estatuto social vigente na Data de Emissão, que modifique a atividade principal da Emissora;
- (xv) tornaram-se ineficazes, inexecutáveis ou inválidas as garantias prestadas pela Emissora, pelas Fiadoras ou pelas Garantidoras nesta Escritura de Emissão;
- (xvi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças necessárias para o regular exercício das atividades da Emissora, exceto se dentro do prazo de 60 (sessenta) dias úteis contado da decisão de não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, a Emissora comprove a

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do  
Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua  
da Orlândia, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

22 de outubro de 2014 de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
em 08 de 002718221 em 15/10/2014.





3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



existência de provimento administrativo ou jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida autorização, concessão, alvará ou licença necessária;

(xvii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, pelas Fiadoras ou pelas Garantidoras, de suas respectivas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;

(xviii) alienação, prestação de garantias a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravames ou quaisquer outras modalidades de obrigação sobre quaisquer dos bens ou direitos da Emissora em valor igual ou superior a R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), salvo: (i) mediante autorização prévia, expressa e por escrito dos Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado; (ii) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia; e (iii) se feita para a prestação de garantias em processos judiciais e administrativos;

de Títulos e Documentos  
cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

(xix) caso a Emissora venha a conceder mútuo com os seus acionistas, diretos ou indiretos, ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora;

(xx) constituição de penhor ou gravame sobre as garantias objeto dos Contratos de Garantia, sem a prévia autorização do BNDES e do Quórum Qualificado dos Debenturistas;

(xxi) destinação dos recursos líquidos decorrentes da Emissão para finalidade diversa daquela prevista no item 4.2.1;

(xxii) redução do patrimônio líquido consolidado da Emissora, independente do objetivo, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado; ou

(xxiii) se ocorrer o vencimento antecipado da dívida decorrente do Contrato de Financiamento BNDES.

6.1.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 5 (cinco) dias. O descumprimento deste dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus



35  
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos

3º SRTD

391307

16 OUT 2014

poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão.

- 6.1.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos incisos (ii), (iii), (iv), (xi), (xlii), (xxi) e (xxiii) do item 6.1.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, independentemente de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas ou de qualquer forma de notificação à Emissora.
- 6.1.4. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento, que não sejam aqueles indicados no item 6.1.3 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 15 (quinze) dias contados da data em que tomar conhecimento do Evento de Inadimplemento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do Vencimento Antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 6.1.5. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 6.1.4 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula X desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares das Debêntures que representem mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação, ou mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação quando em segunda convocação, por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão.
- 6.1.6. Na hipótese: (i) de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 6.1.4 acima por falta de quórum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 6.1.5 acima por deliberação de titulares das Debêntures que representem mais de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação, ou mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação quando em segunda convocação; ou (iii) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o Vencimento Antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.255/0001-75, Rua da Durandá, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.031-030. Oficial: Raulito Alves da Silva Subst: Ricardo V.M. Antunes

Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Protocolada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.





16 OUT 2014

3º SRTD  
391307

6.1.7. Em caso de declaração do Vencimento Antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures pela Assembleia Geral dos Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente notificação com aviso de recebimento à Emissora ("Notificação de Vencimento Antecipado"), com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora, no prazo de 7 (sete) Dias Úteis a contar da data de recebimento da Notificação de Vencimento Antecipado, resgate a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento e efetue o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em Circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos desde a Data de Emissão até a data do Evento de Inadimplemento, acrescido de multa e demais encargos moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão ("Saldo na Data do Evento de Inadimplemento").

6.1.8. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos desta Cláusula VI, o Agente Fiduciário deverá comunicar também a CETIP, informando o Vencimento Antecipado.

3º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

6.1.9. Na ocorrência do Vencimento Antecipado automático previsto no item 6.1.3, a Emissora, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do Vencimento Antecipado, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento e efetuar o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em Circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, acrescido de multa e demais encargos moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.1.10. Não configurará Evento de Inadimplemento ou necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário, seja pela Assembleia Geral de Debenturistas, qualquer alteração no fluxo de pagamentos da Emissora ao BNDES em decorrência de eventual reescalonamento, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES decorrente do Contrato de Financiamento BNDES, com ou sem alteração da taxa de juros da referida dívida, bem como alteração da composição da Conta Reserva (conforme definido no Contrato de Financiamento BNDES), nos termos do Contrato de Financiamento BNDES, desde que: (i) permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluindo os pagamentos de amortização e remuneração das Debêntures; (ii) eventual nova data de



16 OUT 2014

3º SRTD

391307

vencimento da dívida decorrente do Contrato de Financiamento BNDES seja igual ou posterior à Data de Vencimento das Debêntures; e (iii) não haja antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES.

## CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

### 7.1. Obrigações Adicionais da Emissora

7.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir as disposições abaixo:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário: (a) qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis; e (b) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos do Item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias contados da data em que a Emissora tomar conhecimento da sua ocorrência;
- (ii) apresentar ao Debenturista ou ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado, relatório sobre a evolução física e financeira do Projeto;
- (iii) apresentar ao Debenturista ou ao Agente Fiduciário, conforme solicitado, em até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação escrita neste sentido, relatórios, dados, informações, balancetes financeiros ou prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória, relacionados a esta Escritura de Emissão;
- (iv) apresentar ao Agente Fiduciário, dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social anual: (a) cópia das demonstrações financeiras anuais, completas e devidamente auditadas por empresa de auditoria cadastrada na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; (b) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), devidamente auditado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ. CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.001-030. Oficial: Raulito Alves da Silva Subst: Ricardo V.M. Antunes

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
em 15/10/2014.







3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do  
Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua  
da Glândula, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.031-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração assinada por diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (I) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (II) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (III) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora;

- (v) apresentar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado, cópias de todas as atas das assembleias gerais de acionistas, das reuniões do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal da Emissora, das Fiadoras e das Garantidoras, conforme o caso, que envolvam os interesses dos Debenturistas;
- (vi) fornecer aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, em 5 (cinco) Dias Úteis, todas as informações corretas, completas e necessárias para atender aos requisitos da Emissão;
- (vii) manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões e aprovações essenciais ao desenvolvimento das atividades preponderantes da Emissora;
- (viii) cumprir todas as exigências técnicas estabelecidas nas referidas licenças, assim como manter em vigor todos os contratos e demais acordos relevantes e que representem condição fundamental para a consecução do seu objeto social e para o seu funcionamento regular;
- (ix) manter vigentes as apólices de seguros necessárias para a cobertura do Projeto, conforme práticas usuais de mercado na data de celebração desta Escritura de Emissão;
- (x) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xi) em caso de eventos que venham a caracterizar Vencimento Antecipado, ressarcir os Debenturistas, mediante pagamento de valores devidos, nos termos desta Escritura de Emissão;

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Folha arquivada cópia registrada  
em 0002718221 em 15/10/2014.



- (xii) cumprir, em todos os aspectos substanciais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (xiii) não utilizar em suas atividades normais e vinculadas a seu objeto social, formas nocivas de trabalho ou explorar trabalho forçado ou mão de obra infantil. Por trabalho forçado entende-se todo trabalho e serviço, executado de forma não voluntária, que é obtido de um indivíduo sob ameaça de força ou punição. Por mão de obra infantil entende-se contratação de crianças, a exploração econômica de crianças, ou o trabalho realizado por criança que tenha probabilidade de oferecer perigo, interferir com a educação da criança, ou ser prejudicial à saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança;
- (xiv) cumprir a legislação ambiental e trabalhista em vigor, exceto por aquelas em que a Emissora adote as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (xv) fornecer ao Agente Fiduciário, até o dia 10 (dez) de cada mês, relatório elaborado pela Emissora com as seguintes informações: (a) identificação e características do investimento realizado com os recursos da presente Emissão; (b) setor em que se insere o investimento; (c) localização do investimento; (d) número de empregos diretos e indiretos originados pelo investimento; (e) outros benefícios (sociais, econômicos, regionais) gerados com a implantação do investimento; (f) estimativa de início e de término dos novos investimentos; e (g) atualização do estágio atual e previsão de conclusão de utilização dos recursos da presente Emissão no Projeto, sendo certo que o envio do referido relatório ao Agente Fiduciário possuirá caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade deste, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Amuntes

12 de Out. de Reg. de Títulos e Documentos  
Arquivada cópia registrada  
sob o nº 6002718221 em 15/10/2014.





3º SRD 7

16 OUT 2014



- (xvi) informar o Agente Fiduciário sobre o início de qualquer ação fiscalizatória, encaminhar ao Agente Fiduciário cópia do termo de notificação, permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do Projeto, encaminhar ao Agente Fiduciário cópia do relatório de fiscalização e, ao final, fornecer uma cópia do resultado da fiscalização para o arquivo e análise do Agente Fiduciário;
- (xvii) manter a ANEEL informada de toda e qualquer alteração na execução dos investimentos realizados no âmbito do Projeto, inclusive quanto ao prazo previamente informado de implementação do Projeto, nos termos do Balancete Mensal Padronizado, informações trimestrais e Prestação Anual de Contas;
- (xviii) não praticar ato em desacordo com seu estatuto social, esta Escritura de Emissão ou outro instrumento relacionado à Emissão;
- (xix) caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura de Emissão, mas não o faça e desde que seja necessária a deliberação dos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer das matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;
- (xx) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, sempre que solicitada e convocada, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxi) manter, conservar e preservar, em boa ordem e condições de funcionamento, todos os bens substanciais, necessários ou úteis para a devida condução dos negócios da Emissora;
- (xxii) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 4.2.1 desta Escritura de Emissão;
- (xxiii) não efetuar alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data desta Escritura de Emissão;
- (xxiv) permitir a ampla inspeção do Projeto pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário ou por prestador de serviço por estes indicado,

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030. Oficial: Raulito Alves da Silva Subst: Ricardo V.M. Antunes

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos

bem como a Inspeção de desenhos, especificações ou quaisquer outros documentos técnicos que estejam diretamente ligados ao Projeto, desde que a Emissora seja notificada com mais de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência, exceto se tais inspeções forem necessárias a fim de cumprir com notificação ou ordem emanada por autoridade governamental, hipótese em que tal prazo será aquele correspondente ao prazo previsto na respectiva notificação ou ordem;

- (xxv) não votar, realizar ou permitir que seja votada ou realizada, por ocasião de qualquer alteração do estatuto social da Emissora, matérias que coloquem em risco a segurança do crédito dos Debenturistas;
- (xxvi) manter em situação regular suas obrigações junto a autoridades governamentais competentes, durante o prazo de vigência desta Escritura de Emissão;
- (xxvii) contratar e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão, Banco Arrecadador, a agência de classificação de risco (*rating*) e a CETIP, bem como realizar todas as quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (xxviii) contratar, no início da Oferta Restrita, às suas expensas, a agência de classificação de risco Fitch Ratings para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação à referida agência de classificação de risco: (a) atualizá-la anualmente até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Duandara, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

22.01.2014, 14h, 15h, de Títulos e Documentos!  
Fórmula preservada clara e legível  
CNPJ: 27.150.259/0001-75 em 15/10/2014.





classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (I) contratar a agência de classificação de risco Standard & Poor's ou a Moody's, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, notificando apenas o Agente Fiduciário; ou (II) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definição de agência de classificação de risco substituta;

(xxix) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), nos termos da Instrução CVM 476;

(xxx) notificar o Agente Fiduciário e autoridades cabíveis em até 10 (dez) Dias Úteis sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras ou não, ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma substancial, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;

(xxxi) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures em desacordo com a regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");

(xxxii) submeter a exame, na forma da lei, suas contas e balanços à empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(xxxiii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico financeiros, resultantes de atos de sua gestão, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações c, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora: (a) balanço patrimonial; (b) demonstração das mutações do patrimônio líquido, com inclusão da demonstração dos lucros e prejuízos acumulados; (c) demonstração do resultado do exercício;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

Registro de Títulos e Documentos  
Foi arquivada cópia registrada  
sob nº 0002718221 em 15/10/2014.

Diretoria Rel. Instituições  
Renata Maraccini  
Francisco  
Copei

Assessoria Jurídica  
TSBE

Assessoria Jurídica  
ELETROSUL

43  
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos

3º SRTD  
391307

16 OUT 2014

(d) demonstraco de fluxo de caixa; (e) parecer da auditoria externa; e (f) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente  matéria;

- (xxxiv) arcar de forma exclusiva com todos os custos relativos à Emissão;
- (xxxv) efetuar, tempestivamente, o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuices que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures, os quais sejam atribuídos à Emissora na forma da legislação em vigor  época de tais pagamentos;
- (xxxvi) cumprir com todas as obrigações aplicáveis, relacionadas com a Instrução CVM 400, inclusive com as disposices do seu artigo 48, naquilo que lhe for aplicável;
- (xxxvii) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (xxxviii) promover o registro das Garantias Reais nos registros competentes, nos prazos e forma previstos na lei e nesta Escritura de Emissão, praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia, exequibilidade e solidez das Garantias Reais e das Fianças previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xxxix) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (xl) submeter suas demonstrações financeiras  auditoria por auditor registrado na CVM;
- (xli) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
em 15/10/2014.

Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua Odejand, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Assessor: Ricardo V.M. Antunes

Diretoria Rel. Institucional  
Renata Maracni Franco  
Coppel

Assessoria Jurídica  
TSBE

ASSESSORIA JURÍDICA  
ELETRSUL

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoa Jurídica



- (xlii) manter os documentos mencionados no inciso (xli) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (xliii) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (xliv) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta Restrita e ao Agente Fiduciário;
- (xlv) fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (xlvi) enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores, nos termos dos itens (xli) e (xliv) acima;
- (xlvii) uma vez formalizadas e constituídas, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias Reais e as Fianças; e
- (xlviii) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das obrigações garantidas pelas Fiadoras e pelas Garantidoras.

7.2. Para efeitos da obrigação prevista na alínea b) do inciso (iv) do item 7.1.1 acima, o ICSD será utilizado para a verificação do Valor Mínimo das Debêntures (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) a ser mantido na Conta Reserva do Serviço das Debêntures, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

7.3. Os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, poderão solicitar, por escrito e a qualquer momento, a seu exclusivo critério, os comprovantes dos investimentos relacionados nos relatórios de investimentos no âmbito do Projeto e os comprovantes de tais despesas, sendo que a Emissora terá o prazo de 10 (dez) Dias Úteis, a contar do recebimento do respectivo requerimento, para disponibilizar os comprovantes solicitados.

5º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.215/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
 Oficial: Raulito Alves da Silva  
 Subst: Ricardo V.M. Antunes

gadas na rede  
(xliv) acima;



ASSESSORIA JURÍDICA

45 CIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Rua Mal. Deodoro, 320  
Fone: (21) 250-1111

## CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

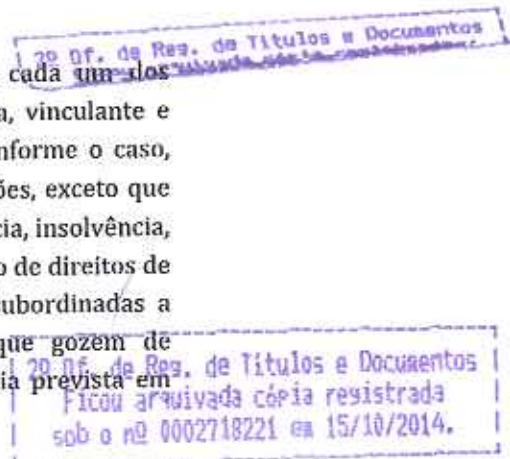
## 8.1. Declarações

8.2. A Emissora, as Fiadoras e as Garantidoras, naquilo que lhes couber e conforme aplicável, de forma individual e não solidária, neste ato, declaram e garantem que:

- (i) é uma sociedade comercial devidamente organizada na forma de sociedade anônima, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, se for o caso, à celebração desta Escritura de Emissão, bem como à Emissão e ao cumprimento de suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, e cada um dos documentos da Emissão constituem obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, das Fiadoras e das Garantidoras, conforme o caso, exequível de acordo com seus respectivos termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tais obrigações não se encontram subordinadas a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão, as Fianças, os Contratos de Garantia e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos seus respectivos órgãos estatutários competentes e não infringem: (a) seu estatuto social; ou (b) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (v) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, a prestação das Fianças e das Garantias Reais e a Emissão não infringem qualquer: (a) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora, as Fiadoras, as Garantidoras ou qualquer de seus bens ou propriedades; (b) contrato ou instrumento do qual a Emissora, as Fiadoras ou as Garantidoras sejam parte; ou (c) obrigação anteriormente assumida pela Emissora, pelas Fiadoras ou pelas



3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes







Garantidoras, nem irão resultar em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos ou rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

- (vi) não omitiu ou omitirá nenhum fato substancial que possa resultar em alteração substancial de sua respectiva situação econômico financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (vii) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora, das Fiadoras e das Garantidoras, nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora, das Fiadoras e das Garantidoras, referentes aos períodos encerrados em tais datas;
- (viii) as informações financeiras da Emissora, das Fiadoras e das Garantidoras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso substancial na situação financeira e nos resultados operacionais em questão;
- (ix) encontram-se adimplentes no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais;
- (x) detém todas as autorizações e licenças necessárias para o regular exercício de suas atividades;
- (xi) estão cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas questionadas, de boa fé, no âmbito arbitral ou judicial;
- (xii) a Emissora, as Fiadoras e as Garantidoras não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (xiii) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão; e

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade de  
Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua  
da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.





- (xiv) a Emissora observará as regras de destinação dos recursos da Emissão prevista nesta Escritura de Emissão.

- 8.2.1. A Emissora, as Fiadoras e as Garantidoras comprometem-se a notificar em até 3 (três) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações ou garantias prestadas na presente Escritura de Emissão provarem-se falsas ou revelarem-se, total ou parcialmente, inconsistentes, incompletas ou incorretas.

## CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

### 9.1. Agente Fiduciário

- 9.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar os Debenturistas perante a Emissora, as Fiadoras e as Garantidoras.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subscr: Ricardo V.M. Arlunes

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Fica arquivada cópia registrada  
em 09/10/2014 em 15/10/2014.

### 9.2. Substituição

- 9.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, dentro do qual deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la.
- 9.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso do inciso (ii) do item 9.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 9.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.





16 OUT 2014

3º SRTD

391307



9.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESC, nos termos do Item 3.3.1 desta Escritura de Emissão e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas localidades descritas no Item 3.8.1 desta Escritura de Emissão.

9.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.

9.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M/FGV.

de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

9.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 9.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.

9.2.8. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos aplicáveis da CVM.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos

3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



### 9.3. Deveres

9.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (iv) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (v) informar os Debenturistas sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (vi) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (vii) acompanhar o cálculo e a apuração dos Juros Remuneratórios e da Amortização Programada, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (viii) verificar, conforme o caso, a regularidade da constituição das Fianças, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.



50  
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos





Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, das Fiadoras e das Garantidoras;

- (x) elaborar o relatório anual, nos termos da alínea "b" do parágrafo primeiro do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e os integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social:

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030. Oficial: Raulito Alves da Silva Subst: Ricardo V.M. Artunes

- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030. Oficial: Raulito Alves da Silva Subst: Ricardo V.M. Artunes

- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (d) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (g) pagamentos dos Juros Remuneratórios realizados no período.



3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



- (xi) colocar o relatório de que trata o inciso (x) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos na sede da Emissora e no seu escritório;
- (xii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daqueles que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (xiii) comunicar a Emissora acerca da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures;
- (xiv) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada às Fianças;
- (xv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (xvi) solicitar, quando considerar necessário, inclusive se requisitado pelos Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xvii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante de Emissão e à CETIP, e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;
- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, inclusive as hipóteses previstas nos incisos do item 6.1.1 desta Escritura de

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002710221 em 15/10/2014.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do  
Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua  
da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.031-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes





3ª SRTD  
391307



Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;

- (xx) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com as informações obtidas junto à Emissora;
- (xxi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações;
- (xxii) encaminhar aos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser por ele solicitada; e
- (xxiii) disponibilizar o Valor Nominal Unitário Atualizado e os Juros Remuneratórios, calculados pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de seu website.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.031-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

Registro de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

#### 9.4. Atribuições Específicas

9.4.1. Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto no item 6.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (ii) requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (iv) cobrar o pagamento e o fiel cumprimento das Fianças, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão, aplicando o respectivo produto na amortização ou liquidação integral das



53  
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos

3º SRTD  
3913 07  
16 OUT 2014



Debêntures e das obrigações da Emissora assumidas nesta Escritura de Emissão;

- (v) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito desta Escritura de Emissão; e
- (vi) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

9.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos Incisos (i), (ii) e (iii) do item 9.4.1 acima, mediante renúncia específica dos Debenturistas, por decisão tomada na Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

9.4.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

20.01. de Títulos e Documentos  
Reservada cópia registrada  
no nº 0092719221 em 15/10/2014.



54  
CARTÃO OFÍCIO DISTRIBUIDOR  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro Civil de Pessoas



3º SRTD

391307

16 OUT 2014



## 9.5. Remuneração do Agente Fiduciário

- 9.5.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcelas anuais de R\$11.900,00 (onze mil e novecentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes.
- 9.5.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 9.5.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 9.5.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M/FGV, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata o item 9.5.1, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.
- 9.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 9.5.5. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: (i) Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza ("ISS"); (ii) Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS"); (iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"); e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda ("IR"), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 9.5.6. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Orlândia, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.



3º SRTD

391307

16 OUT 2014



## 9.6. Despesas

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que previamente aprovadas pela Emissora.

9.6.2. O ressarcimento pela Emissora a que se refere o item 9.6.1 acima será efetuado em 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.6.3. Não obstante o disposto no item 9.6.1 acima, os Debenturistas poderão, desde que previamente aprovadas, adiantar, ao Agente Fiduciário, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, tais despesas deverão ser ressarcidas pela Emissora,

9.6.3.1. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

9.6.3.2. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.6.4. As despesas a que se refere este item 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (I) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.031-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

3º Registro de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
em 15/10/2014.





3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



- (ii) extração de certidões;
- (iii) despesas com *conference calls*;
- (iv) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, alimentação e transportes, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
- (v) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

## CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

### 10.1. Assembleia Geral de Debenturistas

10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

10.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a titularidade de 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, em jornais de grande circulação e diários oficiais e nos prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Na hipótese de haver apenas 1 (um) Debenturista, a convocação ficará dispensada, desde que devidamente comprovado o envio de comunicado ao Debenturista, na forma prevista no item 12.6 abaixo.

10.1.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para assembleia geral de acionistas.



16 OUT 2014

3º SRTD

391307



10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.1.5. Independentemente das formalidades previstas na lei e nesta Escritura de Emissão para convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

## 10.2. Quorum de Instalação da Assembleia Geral de Debenturistas

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a titularidade de 50% (cinquenta por cento) mais uma, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora, diretas ou indiretas, controladoras, ou grupo de controle, sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## 10.3. Quorum de Deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas

10.3.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá 1 (um) voto.

10.3.2. Ressalvado o disposto no item 10.3.3 abaixo e o aditamento previsto no item 5.6.1.4 acima, além dos demais quoruns especiais previstos nesta Escritura de Emissão, toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, em primeira e em segunda

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes

27 de Out de 2014, de Títulos e Documentos  
deixada cópia registrada  
em 15/10/2014.



2º OFÍCIO DISTRIBUIDO



3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



convocação, conforme o caso, a maioria das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

10.3.3. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável da totalidade dos Debenturistas, aprovar qualquer modificação nos termos e condições das Debêntures estabelecidos nas seguintes cláusulas e itens desta Escritura de Emissão; (i) Cláusula IV (Características da Emissão); (ii) Cláusula V (Características das Debêntures), incluídos os itens 5.9 e 5.10, que dispõem acerca das Garantias Reais e das Garantias Adicionais Fidejussórias; (iii) Cláusula VI (Vencimento Antecipado); (iv) item 7.1.1 da Cláusula VII (Obrigações Adicionais); e (v) Cláusula X (Assembleia Geral de Debenturistas).

10.3.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.3.5. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao representante do Debenturista eleito pelos demais Debenturistas, mediante deliberação majoritária.

10.3.6. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias contado da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030. Oficial: Raulito Alves da Silva Subst: Ricardo V.M. Antunes

25-01-2015 de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

#### CLÁUSULA XI - ESCRITURADOR MANDATÁRIO E BANCO LIQUIDANTE DE EMISSÃO

11.1. O BANCO CITIBANK S.A., Instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1.111, 2º andar-parte, Cerqueira César, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80, será o banco liquidante de emissão e escriturador mandatário da Emissão ("Banco Liquidante de Emissão" e "Escriturador Mandatário", respectivamente).



3º SRTD

391307

16 OUT 2014

**CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS****12.1. Renúncia**

12.1.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**12.2. Custos de Registro**

12.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

29.05.14 Reg. de Títulos e Documentos  
Folha arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002710221 em 10/10/2014.

**12.3. Irrevogabilidade**

12.3.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

**12.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas e dos Itens**

12.4.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4.2. Os títulos das cláusulas e itens desta Escritura de Emissão são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura de Emissão.



3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do  
Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua  
da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.031-030.  
Oficial: Raulito Alves da Silva  
Subst: Ricardo V.M. Antunes



3º SRTD  
391307



## 12.5. Título Executivo Extrajudicial

16 OUT 2014

12.5.1. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das partes por força desta Escritura de Emissão poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro.

## 12.6. Publicidade

12.6.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser comunicados na forma de avisos, nos jornais de publicação da Emissora ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores ([www.tsbe.com.br](http://www.tsbe.com.br)) em até 5 (cinco) Dias Úteis da ciência do ato a ser divulgado ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto na Instrução CVM 476. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, a mesma deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo jornal e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, Aviso aos Debenturistas, informando o novo veículo.

Arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

## 12.7. Comunicações

12.7.1. Todas as notificações, solicitações e outras comunicações previstas nesta Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente feitas por escrito e serão entregues em mãos, enviadas por meio certificado ou registrado, com aviso de recebimento, ou entregue por portador, e-mail ou fac-símile, para os seguintes endereços:

(i) Se para o Agente Fiduciário ou para os Debenturistas:

### PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ, CEP 22640-102



61  
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

3º SRTD  
391307



At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e  
Sr. Marco Aurélio Ferreira  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fac-símile: (21) 3385-4046  
e-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

16 OUT 2014

(ii) Se para a Emissora:

**TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.**

Rua Deputado Antonio Edu Vicira, nº 999, Térreo, sala SPE's, Pantanal  
Florianópolis, SC, 88040-000

At.: João Pascoal Cardoso  
Telefone: (48) 3269 9384  
Fac-símile: (48) 3269 9384  
e-mail: pascoal@tsbe.com.br

(iii) Se para a CETIP:

**CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar  
São Paulo, SP, 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3111-1564

(iv) Se para o Banco Liquidante de Emissão e Escriturador Mandatário:

**BANCO CITIBANK S.A.**

Avenida Paulista, nº 1.111, 6º andar, Cerqueira César  
São Paulo, SP, CEP 01311-920,

At.: Sra. Lia Nara Tretel / Sra. Paula Gomes Castilho  
Telefone: (11) 4009-5931 / 4009-7088  
Fac-símile: (11) 2122-2057  
e-mail: sfs.agency.trust@citi.com / lia.nara.tretel@citi.com /  
paula.gomescastilho@citi.com

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
em 15/10/2014.

(v) Se para a Eletrobras:

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS**

Avenida Presidente Vargas, nº 409, 13º andar, Centro  
Rio de Janeiro, RJ, 20071-003

At.: Armando Casado de Araújo





391307



Telephone: (21) 2514 6435  
Fac-símile: (21) 2514 5714  
e-mail: [df@eletrobras.com](mailto:df@eletrobras.com)

16 OUT 2014

(vi) Se para a Eletrosul:

**ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**

Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999, Pantanal  
Florianópolis, SC, 88040-901

At.: Antonio Waldir Vittori  
 Telefone: (48)3231-7040  
 Fac-símile: (48)3234-5690  
 e-mail: vittori@eletrosul.gov.br

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Outada, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-430.  
 Oficial: Raulito Alves da Silva  
 Assessor: Ricardo V.M. Antunes

(vii) Se para a Copel:

**COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL**

Rua Coronel Dulcídio, nº 800, Batel  
Curitiba, PR, CEP 80420-170

At.: Márcio R. S. Marques  
 Telefone: (41)3331-3181  
 Fac-símile: (41)3331-3181  
 e-mail: marció.marques@copel.com

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

(viii) Se para Copel GT:

**COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**

Rua José Izidoro Biazetto, nº 158, Bloco A, Bairro Mossunguê  
Curitiba, PR, 81200-240

At.: Nilberto Lange Junior  
 Telefone: (41) 3331 2373  
 Fac-símile: (41) 3331 2373  
 e-mail: nilbertojr@copel.com

**12.7.2.** As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.





12.7.3. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

16 OUT 2014

## 12.8. Prorrogação dos Prazos

12.8.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

12.8.2. Considera-se "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

## 12.9. Cessão

12.9.1. A Emissora, as Fiadoras e as Garantidoras não poderão alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sem o consentimento prévio da totalidade dos Debenturistas. Os Debenturistas poderão alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sem a necessidade de obtenção do consentimento prévio da Emissora, das Fiadoras e das Garantidoras.

Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030. Oficial: Raulito Alves da Silva. Subst: Ricardo V.M. Antunes.

## 12.10. Verificação de Veracidade

12.10.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos diretos a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por culpa ou dolo do Agente Fiduciário.

12.10.2. A Emissora, as Fiadoras e as Garantidoras obrigam-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos diretos, perdas, custos ou despesas, incluindo custas judiciais e honorários advocatícios, incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade,





3º SRTD  
391307



consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas respectivas declarações prestadas nesta Escritura de Emissão.

16 OUT 2014

12.10.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

#### 12.11. Lei Aplicável

12.11.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### 12.12. Eleição de Foro

12.12.1. Fica eleito o foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir qualquer questão decorrente desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura de Emissão, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Florianópolis, 15 de setembro de 2014

2º Of. de Res. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 0002718221 em 15/10/2014.

3º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ: 27.150.259/0001-75, Rua da Quitanda, 52, 3º andar, Centro/RJ, CEP: 20.011-030. Oficial: Raulio Alves da Silva Subst: Ricardo V.M. Antunes



16 OUT 2014

3º SRTD

391307



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A., celebrada entre Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e Companhia Paranaense de Energia - Copel, na qualidade de Fiadoras, Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na qualidade de Garantidoras

TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.

na qualidade de Emissora

4º TABELIONATO  
DE NOTAS

Nome:

Cargo:

João Pascoal Cardoso  
Diretor Administrativo Financeiro

4º TABELIONATO  
DE NOTAS

Nome:

Cargo:

Luiz Antonio Machado Maciel Dam  
Diretor Técnico

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

na qualidade de Fiadora

Nome:

Cargo:

Alexandre Aniz  
Diretor de Administração

Nome:

Cargo:

José Antonio Muniz Lopes  
Presidente em Exercício

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

na qualidade de Fiadora

Nome:

Cargo:

Lindolfo Zimmer  
Diretor Presidente

Nome:

Cargo:

Antonio Sergio S. Guetter  
Diretor de Finanças e de  
Relações com Investidores



— RECONHECIMENTO. Nº. 231663 —  
Reconheço a(s) assinatura(s) por AUTENTICAÇÃO:  
(1) JOAO PASCOAL CARDOSO, (2) LUIZ ANTONIO MACHADO MACIEL DAM  
MACHADO MACIEL DANTAS  
Florianópolis, 08 de outubro de 2014  
Em test. da verdade.  
EDUARDO MARTINS - Escrevente Autorizado  
Ementado nº 08/4.80 + selo. RS 2.90 - Total: RS 7,70  
Selo. Legitim. Qual. 2014 - Selo. Norma. DCM 2-487 - SNVO.  
DIA 42488-73EC  
Contra os fatos do ato em selo que se julga.



10 OUT 2014 1102030  
ANOTADA Cópia em Livro de Registro  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º Ofício



66



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR



3º SRTD  
391307

16 OUT 2014



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A., celebrada entre Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e Companhia Paranaense de Energia - Copel, na qualidade de Fiadoras, Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na qualidade de Garantidoras

ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.  
na qualidade de Garantidora

1º TABELIONATO  
DE NOTAS

  
Nome: **Eurides Luiz Mescolotto**  
Cargo: **Diretor - Presidente**

  
Nome: **Antonio Waldir Vittori**  
Cargo: **Diretor Financeiro**



COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.  
na qualidade de Garantidora

29 Of. de Reg. Fica arquivado sob o nº 000

  
Nome: **Sergio Luiz Lamy**  
Cargo: **Diretor Presidente  
Copel Geração e Transmissão**

  
Nome: **Antonio Sergio S. Gueller**  
Cargo: **Diretor de Finanças**



10 OUT 2014 1102030

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

10 OUT 2014 1102030

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A., celebrada entre Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e Companhia Paranaense de Energia - Copel, na qualidade de Fiadoras, Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na qualidade de Garantidoras

3º SRTD  
391307

16 OUT 2014

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas

Nome: Nelson Raposo Leite  
Cargo: Procurador

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
EANA 27950 QED  
Consulte a Validade do Selo Em:  
<https://www3.tj.rj.jus.br/sitepublico>

Testemunhas:

Nome: Luciana Rosa Duarte  
RG: 556850

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Rua da Quitanda, 52/3.º and - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data apostos mecanicamente. O QUE CERTIFICO

☒ Bel. RAULITO ALVES DA SILVA  
☒ Ricardo V. Mouzinho Antunes  
Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Oficial Titularizada pela registrada  
Em 15/10/2014.

Nome: Silvania Quindam  
RG: 3126497



Natureza do Título: Instrumento Particular de escritura da 2ª emissão de debêntures simples  
Apresentante: Fernando Correia Jayme  
Protocolo nº: 355092, Livro 99, Folha 178  
Registro nº: 340139, Livro B - 819,  
Folha: 242  
Dou fé, Florianópolis, 09/10/2014.

Luciana Rosa Duarte - Escrivante

Registro: R\$ 1.048,00 FRA: R\$ 524,00 Selo: R\$ 7,25 Total R\$ 1.579,25  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal - DQM40332-8811  
Confira os dados do ato em: [tj.rj.jus.br/ato](http://tj.rj.jus.br/ato)





WILLIAM J. HARRIS, JR., President

10 OUT 2014 1102030

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ  
ANEXO I



DATAS DE PAGAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS

Nº da Parcela dos Juros Remuneratórios	Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios
1ª parcela	15/03/2017
2ª parcela	15/09/2017
3ª parcela	15/03/2018
4ª parcela	15/09/2018
5ª parcela	15/03/2019
6ª parcela	15/09/2019
7ª parcela	15/03/2020
8ª parcela	15/09/2020
9ª parcela	15/03/2021
10ª parcela	15/09/2021
11ª parcela	15/03/2022
12ª parcela	15/09/2022
13ª parcela	15/03/2023
14ª parcela	15/09/2023
15ª parcela	15/03/2024
16ª parcela	15/09/2024
17ª parcela	15/03/2025
18ª parcela	15/09/2025
19ª parcela	15/03/2026
20ª parcela	15/09/2026
21ª parcela	15/03/2027
22ª parcela	15/09/2027
23ª parcela	15/03/2028
24ª parcela	15/09/2028

3º SRTD  
391308

16 OUT 2014

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos  
Ficou arquivada cópia registrada  
sob o nº 000218221 em 15/10/2014.







**SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**

Rua Flôres de Seta, 89 - 21º andar - sala 2105 - Vista Alegre 3151-3167 - CEP 31410-901 - Curitiba - PR  
Eliete Eliana Scheffer Nitz Titular  
E-mail: eliete@rtb.gov.br

Selo: 8Tw8O . Hu2Kh . Y62gi . 8ChYW . L4AC

Consulte esse selo em <http://rtb.gov.br>

Protocolado hoje, registrado e digitalizado sob nº

anotado a margem do(s) registro(s) nº

Curitiba, 16 de outubro de 2014

Substituto: Rozilda Braga Ribeiro - Marcos A. de Peres

Claudia M. S. N. Assunção

391308

391307



---AUTENTICAÇÃO Nº 139472---

Autentico a presente fotocópia por ser  
reprodução fiel do original que me foi  
apresentado. De que dou fé.

Florianópolis, 08 de outubro de 2014

EDUARDO MARTINS, Escrevente Autorizado

Emolumentos: R\$ 2,00 - Selo: R\$ 1,25 - Total: R\$ 3,25

Florianópolis, 08 de outubro de 2014

Selo: R\$ 1,25 - Total: R\$ 3,25

Selo: R\$ 1,25 - Total: R\$ 3,25

Selo: R\$ 1,25 - Total: R\$ 3,25

10 OUT 2014 1102030

ARQUIVADA CÓPIA EM 11/03/2014  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

ANEXO II



DATAS DE PAGAMENTO DAS PARCELAS DA AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

Nº da Parcela da Amortização Programada	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado (%)	Data de Pagamento da Parcela da Amortização Programada
1ª parcela	0,2500	15/09/2016
2ª parcela	0,2500	15/03/2017
3ª parcela	0,2500	15/09/2017
4ª parcela	0,2500	15/03/2018
5ª parcela	0,0500	15/09/2018
6ª parcela	0,0500	15/03/2019
7ª parcela	1,7500	15/09/2019
8ª parcela	1,7500	15/03/2020
9ª parcela	2,5000	15/09/2020
10ª parcela	2,5000	15/03/2021
11ª parcela	3,5000	15/09/2021
12ª parcela	3,5000	15/03/2022
13ª parcela	4,0000	15/09/2022
14ª parcela	4,0000	15/03/2023
15ª parcela	4,0000	15/09/2023
16ª parcela	4,0000	15/03/2024
17ª parcela	5,0000	15/09/2024
18ª parcela	5,0000	15/03/2025
19ª parcela	6,5000	15/09/2025
20ª parcela	6,5000	15/03/2026
21ª parcela	7,9000	15/09/2026
22ª parcela	7,9000	15/03/2027
23ª parcela	8,4000	15/09/2027
24ª parcela	8,4000	15/03/2028
25ª parcela	saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado	15/09/2028

3º SRTD  
391309

16 OUT 2014

Reg. de Títulos e Documentos  
arquivada cópia registrada  
em 0002718221 em 15/10/2014.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 08/10/2014 SOB Nº: ED001678000  
Protocolo: 14/296153-1, DE 26/09/2014  
Empresa: 42 3 0003807 5  
TRANSMISSORA SUI BRASILEIRA  
DE ENERGIA S/A  
BLASCO BORGES BARCELLOS  
SECRETÁRIO GERAL

